

POLÍTICA ECONÔMICA**Meta é desregulamentar e modernizar a economia, diz ministro da Fazenda**

por Peter Truell
do AP/Dow Jones

O ministro da Fazenda, **Malson Ferreira da Nóbrega**, anunciará brevemente novos cortes de gastos governamentais, cujo objetivo é o de reduzir o déficit orçamentário em cerca de US\$ 2,8 bilhões, ou aproximadamente 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

As próximas medidas abrangerão cortes dos gastos atuais do governo em áreas diferentes das dos salários, disse Nóbrega durante entrevista em Washington, onde se encontrava para as reuniões semestrais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD).

As estratégias visadas por esses programas são, segundo o ministro, "primeiramente reduzir os gastos públicos; em segundo lugar, normalizar as relações com a comunidade financeira internacional; e, em terceiro lugar, tentar modernizar e desregulamentar a economia".

Nóbrega parece estar consciente de que conta com "o necessário apoio político do presidente José Sarney para executar os cortes".

"Não sou um político. Tenho o respaldo do presidente e ele está decidido a levar adiante o programa. A maioria da classe empresarial é favorável", disse ele. O ministro indicou que o Estado deve desempenhar um papel menor no desenvolvimento econômico do País. "Precisamos redefinir o papel do Estado no Brasil."

O Brasil tem o compromisso de combinar um programa econômico com o FMI. As autoridades brasileiras chegarão a Washington nos próximos dias para conversações com o FMI. Em princípios de maio, o FMI enviará uma equipe ao Brasil, disseram fontes brasileiras em Washington. O acordo com o FMI é esperado para agosto/setembro.

Enquanto isso, na próxima semana, o Brasil e seus bancos credores principais esperam concluir os termos de um acordo sobre a

dívida bancária. "O que resta para discutir é simbólico", disse Nóbrega.

Os banqueiros e os representantes brasileiros disseram que há três desses itens "simbólicos": o texto do planejado acordo do Brasil com o FMI; uma cláusula referente à imunidade soberana do País de qualquer embargo de bens por parte dos credores, se o Brasil deixar de pagar; e a questão das garantias de empréstimos do (BIRD). Nóbrega se recusou a falar sobre esses itens.

Ambas as partes fizeram progressos em outros pontos. Concordaram que os pagamentos de juros do Brasil aos bancos deverão ter novas datas para serem feitos. A cada seis meses, e não a cada três meses, nos primeiros estágios do reescalonamento.

Logo após a conclusão dessas conversações entre o Brasil e os bancos, as duas partes deverão começar imediatamente a discutir a forma como o Brasil deverá saldar pagamentos de juros com vencimento em abril, maio e junho, estimados em US\$ 1,6 bilhão. O motivo disso é que o empréstimo de US\$ 5,2 bilhões não será desembolsado, a não ser talvez no final deste ano.

O projetado empréstimo-ponte é uma questão delicada para os banqueiros. Os grandes bancos provavelmente terão de fazer novos empréstimos substanciais para cobrir a maior parte, se não todo, desse empréstimo-ponte. Embora os bancos desejem que os Estados Unidos e outros governos ocidentais tomem parte no empréstimo, fornecendo talvez US\$ 500 milhões do total, um alto funcionário do governo norte-americano disse recentemente que os Estados Unidos não pretendem contribuir para o empréstimo-ponte.

Os banqueiros querem que o Brasil cubra parte dos US\$ 1,6 bilhão. Nóbrega disse que o Brasil só poderia cobrir uma parte disso. "Queremos ficar em dia com nossos pagamentos de juros, mas não podemos esgotar nossas reservas", disse Nóbrega.